

HABEAS CORPUS Nº 570.416 - RS (2020/0079121-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : ALENCAR COLETTI SORTICA E OUTROS
ADVOGADOS : LUCIANO COLETTI HERDINA - RS049567
ALENCAR COLETTI SORTICA - RS065601
CONSUELO DE AVILA MARTIN GARRIDO - RS103058
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JORGE LUIZ TEIXEIRA JUNIOR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JORGE LUIZ TEIXEIRA JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Narra o *writ* que o paciente foi preso preventivamente no dia 30/10/2019, em decorrência da Operação Astigmatismo, que denunciou 43 pessoas pela suposta prática do crime previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/06. A denúncia foi recebida no dia 18/12/2019 e até o presente momento não foi recebida pelo Juízo de primeiro grau.

Asseveram os impetrantes que no dia 20/3/2020 protocolizou pedido de revogação do decreto prisional, com fundamento na Recomendação n. 62/2020 do CNJ, no art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal e na presunção de inocência. No mesmo dia o juiz da causa converteu a prisão preventiva em prisão domiciliar em favor de 26 corréus. Todavia a decisão não beneficiou os réus foragidos, dentre eles, o ora paciente.

Requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja estendido os efeitos da decisão que converteu a prisão preventiva dos corréus supracitados em favor do paciente, oportunizando a ele apresentar endereço fixo, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal. Pugna pela observância da Recomendação n. 62/2020 do CNJ, tendo em vista o risco de contágio da COVID-19.

É o relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente